

A CORAGEM DE SER O PRIMEIRO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 01/08/90 e
Jornal do Brasil, 01/08/90

A pressão dos credores para que o Brasil faça um pagamento simbólico e principalmente que comece a negociar tem aumentado todos os dias. Os banqueiros privados visitam-nos com insistência, dão-nos conselhos, repetem a gasta ameaça que cortarão as linhas de curto prazo, e as reduzem muito limitadamente. Nos dois próximos meses essas pressões vão certamente aumentar, culminando no final de setembro, na reunião do FMI/Banco Mundial em Washington, quando todos os banqueiros se reúnem. Mas essas pressões parecem não estar comovendo o governo brasileiro, que sabe que a dívida não pode ser paga e não se apressa em negociar algo que a rigor é tanto inegociável quanto inevitável: a redução em cerca de 60 por cento da dívida de médio e longo prazo para com os bancos comerciais e os bancos do Clube de Paris. São muito significativas, nesse sentido as recentes declarações do Presidente Collor na Escola Superior de Guerra, que o Brasil, sem adotar atitude de confrontação, condicionará o pagamento da dívida ao crescimento econômica. Parece estar claro para ele que a redução da dívida é parte essencial da estabilização e da retomada do crescimento brasileiro.

A classificação dos créditos contra o Brasil feita recentemente pelo ICERC (Interagency Country Exposure Review Committee) foi uma excelente demonstração da nova atitude do governo brasileiro. Enquanto algumas pessoas no Brasil, ecoando as advertências dos banqueiros internacionais, alertavam o governo contra "o risco do rebaixamento do Brasil", que levaria os bancos "a não mais nos emprestar", e, depois da classificação, diziam que esta tinha sido "um dos maiores vexames da história econômica recente do país", o governo brasileiro adotava uma posição inteiramente diferente. Não se deixou chantagear pela "ameaça" de rebaixamento, e quando este ocorreu, a Ministra da Economia, muito corretamente, limitou-se a observar que o fato não tinha importância, já que não temos perspectivas de receber novos empréstimos dos bancos internacionais.

Na verdade, neste caso, muito diferentemente do que ocorreu em outubro de 1987, o governo dos Estados Unidos não se envolveu diretamente no assunto. A

decisão do ICERC - ou seja, de três agências desse governo - foi tomada rotineiramente, sem que o Secretário do Tesouro se preocupasse em pressionar o governo brasileiro para fazer um pagamento simbólico, de forma a evitar essa classificação. Esta significou o reconhecimento de um fato hoje óbvio para o Tesouro e para grande parte das autoridades em Washington (e mais amplamente, para as elites econômicas nos países credores): o Brasil não pode e já não pretende pagar toda a dívida. Só os dirigentes dos principais bancos credores não querem reconhecer esse fato.

Agora o Brasil procurará um acordo com o FMI. Esse acordo é independente da negociação com os bancos. Esta desvinculação foi demandada pelo Brasil em 1987 e admitida pelo Plano Brady no início de 1989. O México e a Venezuela já fizeram acordos com o FMI nesses termos, não obstante a discordância dos Bancos. Na recente viagem de Antônio Kandir a Washington, Michael Camdessus assegurou o mesmo tratamento.

Feito ou não o acordo com o FMI, entretanto, o Brasil - desde que continue firme em sua política de ajustamento e para que possa consolidá-la - precisará esclarecer sua posição em relação aos credores. Sem confrontação, de forma amável mas firme. E qual é a posição que é consistente com a estabilidade dos preços e a retomada do crescimento brasileiro? Ou, em outras palavras, qual a posição coerente com o programa de governo de Collor, que estabelecia um limite de 5 bilhões de dólares para todos os pagamentos de juros e amortizações aos credores externos?

Esta posição, que deve ser informada ao "Comitê Assessor" e negociada banco a banco - jamais com o comitê, que não passa do cartel dos bancos - deve ser a da redução e o cancelamento quase-unilateral da dívida de médio e longo prazo contraída anteriormente a 1983 (e os respectivos reescalamentos) para com os bancos comerciais e os bancos oficiais do Clube de Paris. Serão excluídos da redução os créditos de curto prazo e os créditos das agências multilaterais: FMI, Banco Mundial, BID).

Como é possível fazer essa redução? Pela simples informação aos credores, ao mesmo tempo que se processa o cancelamento da parte da dívida reduzida em nossos livros (livros do Orçamento da União e do Banco Central). Esse cancelamento é essencial porque sabemos que os agentes econômicos tomam suas decisões de preço e investimento de acordo com expectativas. Que expectativas poderão ter enquanto pende sobre a cabeça do Brasil uma enorme dívida que todos sabem não poder ser paga?

O que se oferece aos bancos? O pagamento trimestral de juros e principal da dívida, em 30 anos, para aqueles que concordarem com a redução de 60 por cento. Entregar-se- ainda títulos de privatização no valor de cerca de 10 por cento da dívida, de forma que a redução será de apenas 50 por cento. Garantir-se- , por outro lado, uma

"cláusula de recaptura", segundo a qual aumentaremos esse pagamento caso a economia brasileira se recupere como esperado. Enquanto cada banco não concordar e assinar novo contrato o Brasil pagar, de qualquer forma a metade desse valor por conta do total reduzido. Suspenderá esse pagamento no caso de qualquer retaliação.

Qual a probabilidade de retaliações? Muito pequena. Os bancos não têm vocação para polícia. Os banqueiros são executivos competentes que querem fazer bons negócios. Retaliação é algo que se ameaça, não se pratica. Porque é um péssimo negócio. Além disso, não há nos países credores clima para retaliação. O Plano Brady não resolveu os problemas da dívida, mas assinalou a mudança definitiva de posição dos governos dos países credores, que não mais se identificam com seus bancos.

E a idéia que a solução terá que ser unilateral ou quase unilateral está se firmando naqueles países. Recentemente David Knox, ex-Vice-Presidente do Banco Mundial e hoje na Universidade de Oxford, escreveu um trabalho ("Facing the facts: the Latin American debt"), que Washington inteiro leu, no qual diz textual e insistentemente, (1) que a América Latina precisa de uma redução de 60 a 70 por cento em sua dívida, (2) que essa redução é inviável a partir da iniciativa dos governos dos países credores, (3) e que, portanto, a única solução é redução unilateral da dívida.

Por enquanto não houve coragem, entre os países devedores, para tomar essa atitude - uma atitude para a qual os credores estão preparados. Algum país devedor, entretanto, terá que ser o primeiro a ter coragem. Há boas indicações de que esse país será o Brasil.